COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.171, DE 2003

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2009 (PL nº 2.171, de 2003, na Casa de origem), que “Dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa”.

Autor: Deputado RUBENS OTONI

Relatora: Deputada MARIA DO ROSÁRIO

I - RELATÓRIO

Veio ao exame da Comissão de Educação o Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2009 (PL nº 2.171, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Rubens Otoni, que “Dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa”.

Em 24 de junho de 2009, a matéria foi enviada para apreciação do Senado Federal, por meio do Ofício 715/09/PS-GSE, após aprovação nesta Casa.

A matéria retorna à Câmara para apreciação do Substitutivo oferecido pela Casa Revisora.

A matéria foi distribuída, em 10 de abril de 2018, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno, à Comissão de Educação; e, nos termos do art. 54, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Até que, em 18 de abril de 2018, fui designada relatora da matéria.

Nos termos do artigo inaugural do Substitutivo, a Lei nº 9.394/1996, de diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar acrescida do art. 7-A:

“Art. 7º-A. Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do art. 5º, inciso VIII, da Constituição Federal:

I – prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa;

II – trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino.

§ 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno.

§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência.

§ 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei.”

Pelo art. 2º da proposição, a Lei entrará em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Cabe à Comissão de Educação, nos termos do art. 32, inciso IX, alíneas “a” até “d”, do Regimento Interno, opinar sobre todas as matérias atinentes à educação em geral, política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais, bem como direito da educação e recursos humanos e financeiros para a educação.

Conforme a dicção do artigo 205 da nossa Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, possuindo três objetivos, a saber, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. É claro que o pleno desenvolvimento do educando não pode se dar às custas do sacrifício da integração também na sua esfera religiosa, que sublima valores espirituais e consagra a fraternidade entre as pessoas, com a prática do bem e o auxílio aos semelhantes. Também não se concebe uma cidadania plena, muito menos uma adequada qualificação para o trabalho, sem que a pessoa possa sem embaraço exercer o culto que livremente escolher, como propugna o Art. 5º, inciso VI, da Constituição Federal: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos (...)”.

Notemos que a Lei Maior não protegeu apenas a liberdade de crença, mas também de consciência, o que obviamente inclui não ter crença alguma, ressaltando o caráter laico do Estado brasileiro. De modo que os dois direitos, de educação e de crença, não podem ser mutuamente excludentes, devendo as políticas educacionais dar-lhes a máxima efetividade.

São muitos os tratados internacionais, recepcionados pela nossa Constituição como norma supralegal, de acordo com o § 2º do art. 5º da Carta Magna, que amparam o direito fundamental à liberdade religiosa.

Como exemplo, temos o art. 18 da Declaração Universal Dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas – ONU –, que declara que toda pessoa tem direito à liberdade, inclusive a de consciência e religião, o que abrange a sua prática e observância.

Também a Declaração Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença (Resolução n.º 36/55), emanada também pela ONU, deixa mais expresso o direito consagrado pelo tratado anterior e expõe em seu artigo 1º que ninguém estará sujeito a coerção por parte de qualquer Estado, instituição ou por pessoas no que diz respeito ao exercício e livre escolha da sua crença. O art. 6º desse diploma legal descreve que essa liberdade incluirá a observância do dia de repouso segundo os preceitos de sua religião ou crença.

O conhecido Pacto dos Direitos Civis e Políticos, no mesmo sentido, declara em seu art. 18, que todos têm direito à liberdade de crença e religião, liberdade de professá-las, e que não podem ser submetidos a medidas coercitivas que as possam restringir. O referido Pacto determina, nos artigos 25 e 26, respectivamente, que todo cidadão tem direito, sem discriminação de credo, a ter acesso em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país; e que todas as pessoas, sem discriminação alguma, tem direito a igual proteção da lei.

Citamos, ainda, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), em seu art. 12, 2, preconiza que ninguém pode ser objeto de medidas restritivas que possam limitar sua liberdade de conservar sua religião.

O exemplo mais imediato é o das religiões sabatistas, que incluem adventistas, batistas do sétimo dia etc., para os quais o dia de sábado é do pôr-do-sol de sexta-feira ao pôr-do-sol de sábado, sendo que neste período de dia os membros se dedicam exclusivamente aos trabalhos da igreja, filantropias, meditação e consagração a Deus. Acreditam que o mandamento bíblico “lembra-te do dia de sábado, para o santificar”¹ continua válido para os cristãos de todas as épocas e devem ser respeitados pelo Estado. Outros casos significativos na realidade brasileira dizem respeito às peculiaridades da comunidade judaica, assim como aos membros das religiões de matriz

¹ Êxodo 20:8.

africana, que por vezes possuem períodos de recolhimento para a prática de seus preceitos religiosos e o contato com o sagrado.

O Substitutivo do Senado mantém a essência daquilo que já aprovamos nesta Casa. Todavia, ao invés de promover a criação de um diploma autônomo, optou pela mutação da nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela inserção do art. 7-A, e torna melhor estruturada a viabilização do direito em comento.

Pelo exposto, meu voto só pode ser pela **APROVAÇÃO** da presente matéria, nos termos do Substitutivo do Senado Federal, por medida de justiça aos educandos que na atual sistemática ficam forçados a escolher entre ser coerentes com suas crenças ou acessar os benefícios da educação escolar de forma integral.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputada MARIA DO ROSÁRIO
Relatora